

A definição do programa de financiamentos futuros

Alguns políticos e homens de negócios têm manifestado estranheza quanto à renegociação da dívida externa que o atual governo deverá levar a efeito ainda neste ano, na esteira das negociações entre os bancos internacionais e o México. Consideram essas personalidades que seria aconselhável que a questão fosse deixada para o governo que deverá suceder ao do presidente Figueiredo, que certamente terá idéias próprias sobre a forma e o conteúdo desses entendimentos.

Compreendemos que o futuro presidente da República, qualquer que seja ele, desejará naturalmente imprimir sua orientação própria em uma questão tão relevante quanto a da dívida externa. Não nos parece, contudo, que a mudança prevista da administração federal deva inibir o atual governo no que tange a conversações com a comunidade financeira nos próximos meses, visando a estruturar um esquema de atendimento das necessidades cambiais em 1985 e, possivelmente, no curso de dois ou três anos. O processo de renegociação da divi-

da, como os fatos têm demonstrado, é essencialmente dinâmico e nada impede, a nosso ver, que o próximo governo retome as negociações, encaminhando-as na direção que as circunstâncias então permitirem.

É claro que as autoridades monetárias não deveriam assumir agora compromissos, que, se rompidos, poderiam vir a denegrir o conceito do País no exterior. Mas não há nada que indique que a atual administração tenha intenção de fazê-lo, consciente de que qualquer programa de financiamento internacional para os próximos anos dependerá da atitude dos futuros governantes. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, sugeriu mesmo, na semana passada, depois da conferência que pronunciou na Escola de Guerra Naval, que um representante do novo governo poderia ser incluído na delegação que renegociará a dívida externa.

Embora seja louvável, a sugestão parece pouco factível. Como disse o próprio Galvêas, o esquema de atendimento das necessidades do próximo ano poderá

ser definido junto aos banqueiros nos últimos meses de 1984, e, como se sabe, o futuro presidente da República será eleito pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, devendo tomar posse dois meses depois. A essa altura, as negociações poderão ter sido concluídas, cabendo às autoridades monetárias, isto sim, colocar a equipe econômica do presidente eleito perfeitamente a par da situação real das contas externas.

Em linhas gerais, o que os atuais responsáveis pela política econômica pretendem obter dos banqueiros internacionais é o compromisso — que, pela sua natureza, será sempre informal — de que estarão dispostos a conceder ao Brasil um volume suficiente de empréstimos para cobrir o déficit em conta corrente em 1985 (saldos das contas de comércio e de serviços).

O ministro Delfim Netto, como declarou recentemente, estima esse total em US\$ 4 bilhões. Com relação às amortizações a pagar, o que se espera é que os banqueiros concordem em rola-

las, como tem acontecido nos últimos dois anos. Se for possível estabelecer uma programação plurianual de financiamentos, tanto melhor, mas este esquema estará sempre na dependência de entendimentos com o futuro governo.

Quanto ao reescalonamento de prazos e à redução dos "spreads", tudo o que o governo Figueiredo puder conseguir junto aos bancos internacionais não deve, a nosso ver, embaraçar negociações mais adiante. Se os banqueiros concordarem em reescalonar novos empréstimos por dez anos, com seis de carência, ou reduzir os "spreads" à metade, como no caso do México, seria uma insensatez não aceitar-se essas condições, sob a justificativa de que a eleição do novo presidente constituiria um entrave.

Na realidade, se as contas externas estiverem razoavelmente arrumadas por um período de um ano, o próximo governo terá condições de agir com calma, estruturando um novo plano de renegociação da dívida externa, entrosado com a política que pretende executar no plano doméstico.